



DESDE 1988
AO LADO DOS
TRABALHADORES

Eletronbras privada
adia discussão da PLR
2025
Página 2



Rede Vida Vida aplica
ferramenta 'Mapa do
Corpo' em Assembleia
Página 3



CELESC

Intercel intensifica ações em defesa da Celesc Pública

SINDICATOS SE REÚNEM COM TRABALHADORES E PARLAMENTARES E ALERTAM SOBRE OS RISCOS DA PROPOSTA DE MUDANÇA NA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA NA CELESC

Os sindicatos da Intercel estão intensificando, nos últimos dias, a luta em defesa da Celesc Pública e contra a proposta de reestruturação administrativa da empresa, que facilitaria a sua privatização, conforme noticiado na capa da edição 1660 do jornal Linha Viva.

Uma das ações dos sindicatos foi a realização de concentrações e rodas de conversas com a categoria para alertá-la dos prejuízos e riscos da possível mudança, que altera e elimina determinadas diretorias, tira atribuições de outras, facilita a terceirização e, como consequência, precariza o serviço na ponta aos consumidores, visando tão somente o lucro. Em muitos locais de trabalho, durante essas conversas, a categoria cobrou **como será o posicionamento dos diretores trabalhadores de carreira da Celesc**, indicados pelo governo Jorginho Mello (PL), se votarão em defesa da empresa pública e de seus empregos, ou se trairão a categoria facilitando o projeto de precarização e consequente privatização da companhia.

Além dessa ação, os sindicatos da Intercel iniciaram nessa semana uma percorrida nos gabinetes de deputados e deputadas estaduais para apresentar aos parlamentares catarinenses as preocupações com a possível reestruturação e o pedido que a Assembleia Legislativa se manifeste contra esse projeto, caso ele chegue até o Palácio Barriga Verde, sede do poder Legislativo catarinense.

De acordo com o Coordenador da Intercel, Ailton Comunello, "a percorrida nos gabinetes está tendo uma receptividade muito positiva dos deputados. Dialogamos com diversos parlamentares nessa primeira semana de visitas aos gabinetes e os deputados se mostraram preocupados com o quadro apresentado e dispostos a atuar em defesa da Celesc Pública. Seguiremos, nas próximas semanas, dialogando com todos os representantes eleitos, independente de posição partidária, para que esse projeto, tão prejudicial aos trabalhadores da Celesc e à sociedade catarinense, não seja aprovado".

Nas próximas edições do jornal Linha Viva você confere mais informações sobre a percorrida na ALESC e novas ações que os sindicatos tomarão, junto com a categoria, em defesa do nosso lema: "Celesc Pública, bom para todo mundo!"



Eletrobras adia discussão da PLR 2025

CNE e sindicatos da Intersul seguem cobrando a diretoria da empresa

A direção da Eletrobras continua adiando a discussão sobre o Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2025. Estamos no segundo semestre do ano e as negociações já deveriam ter sido finalizadas.

A única reunião foi realizada no início do ano, após insistência do Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE), momento em que foram apresentadas apenas premissas, sem qualquer discussão de indicadores.

De acordo com a dirigente do Sinergia, Cecy Maria Marimon, “desde então, temos cobrado reiteradamente a apresentação dos indicadores, sem sucesso. A segunda

reunião vem sendo adiada pela empresa, o que preocupa trabalhadores e dirigentes sindicais pela demora e indefinição, prejudicando a necessária negociação”.

Cecy afirma também que “no ano de 2024, o processo foi muito similar, dificultada a negociação devido aos prazos exíguos e pressionando os sindicatos a assinar o Acordo nos últimos dias do ano, sob pena de privar os trabalhadores de receberem a sua participação, que é direito de quem produz a riqueza”.

O CNE seguirá pressionando nas próximas semanas para que a Eletrobras retome imediatamente as negociações da PLR 2025 com os sindicatos.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

CUT-SC promove plenária nesse final de semana

Nos dias 15 e 16 de agosto, a Escola Sindical Sul, em Florianópolis, será palco da 17ª Plenária Estadual da CUT-SC, que este ano traz como tema “Novos Tempos e Novos Desafios”. O encontro reunirá mais de 250 trabalhadores e trabalhadoras das entidades CUTistas de todo o estado para debater estratégias, atualizar o plano de lutas e fortalecer a organização da classe trabalhadora diante das mudanças políticas, econômicas e tecnológicas do país.

a 17ª Plenária Nacional da CUT, marcada para outubro, que reunirá delegados de todo o Brasil para definir as diretrizes da Central para os próximos dois anos. As plenárias nacionais acontecem entre os congressos da CUT e têm como objetivo atualizar as estratégias e reafirmar o compromisso histórico da Central com a defesa dos direitos, da democracia e da reconstrução do país após anos de ataques do governo de extrema direita.

Dirigentes do Sinergia serão delegados e participarão da Plenária Estadual.



FIQUE POR DENTRO DAS NOVIDADES

Intercel assina Acordo de PLR 2025 na Celesc

A Intercel tem uma reunião marcada com a diretoria da Celesc para essa quarta-feira, dia 13 - após o fechamento dessa edição do Linha Viva - para assinatura do Acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2025. A proposta final foi aprovada pela categoria na Assembleia Estadual de 2 de agosto, em Concórdia. Além da assinatura do Acordo, os sindicatos também entregarão à direção da Celesc a Pauta de Reivindicações da categoria unificada na Assembleia Estadual e cobrarão o fechamento de uma data para a primeira rodada de negociação do Acordo Coletivo.

Celesc enaltece terceirização nas redes sociais

Recente vídeo nas redes sociais da Celesc mostra eletricitistas terceirizados realizando serviços, o que causou estranheza a celesquianos e celesquianas. Nada contra os trabalhadores terceirizados, mas enquanto a empresa ostenta a contratação de empreiteiras para realizar a limpeza de cabos na rede, por exemplo, a realidade é que se recusa a contratar empregados próprios, precarizando o trabalho e desrespeitando a categoria. A terceirização enfraquece o atendimento à população, pois não estende os direitos a esses trabalhadores, tornando o trabalho inseguro, além de facilitar a privatização.

TRABALHADOR e não colaborador!

Em audiência pública no Senado Federal, a Procuradora do Ministério Público do Trabalho Cirlene Luiza Zimmermann destacou que é necessário “um manifesto público contra a utilização da palavra ‘colaborador’ e ‘colaboradora’. Estamos homenageando os trabalhadores, a luta dos trabalhadores, o trabalho e o que ele representa. A utilização da palavra ‘colaborador’ e ‘colaboradora’ é uma desvirtuação do Direito do Trabalho”. O termo ‘colaborador’ vem sendo cada vez mais utilizado pela direção de empresas e entidades empresariais e é considerado no meio sindical e por muitos advogados trabalhistas uma forma de os patrões fazerem os trabalhadores se alienarem e desistirem de buscar seus direitos.

Votação do Plebiscito Popular continua em todo o estado

Segue em todo o estado a votação do Plebiscito Popular 2025. A população pode votar até o dia 7 de setembro em propostas como o fim da escala 6x1, redução da jornada sem reduzir salário e isenção de imposto de renda para quem recebe até R\$ 5 mil mensais. A categoria eletricitária teve a oportunidade de votar no Plebiscito durante a Assembleia Estadual da Celesc, em Concórdia, e pode continuar votando na sede de sindicatos em diferentes regiões do estado. Confira alguns locais de votação: **Balneário Camboriú:** Rua 2300, nº1287 e Câmara de Vereadores Municipal; **Blumenau:** Sindicato Único dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (Rua Amazonas, 720); **Brusque:** Rua Alfons Fehnle, 257, Nova Brasília; **Criciúma:** Praça Nereu Ramos, todos os sábados pela manhã; **Chapecó:** Rua São Leopoldo, 981, D; **Florianópolis:** sede do Sinergia, Rua Lacerda Coutinho, 149; **Jaraguá do Sul:** Rua Madalena Pereira Coelho, 62; **Joaçaba:** Rua Frei Rogério, 525; e **Penha:** Rua Vereador Arno Reinaldo da Silva.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis e Região - SINERGIA, com sede na Rua Lacerda Coutinho, 149, Centro, Florianópolis/SC- CEP: 88015-030, no exercício de suas atribuições estatutárias, vêm convocar a categoria dos trabalhadores na indústria de energia elétrica, quais sejam, os empregados da – CELESC Distribuição S/A, CGT ELETROSUL – Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A, ENGIE Brasil Energia, CEREJ - Cooperativa de Prestação de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica Senador Esteves Júnior, São Sebastião Energia S/A, AXS Energia, CSC Energia, STATKRAFT Energias Renováveis S/A e FOZ DO CHAPECÓ Energia S/A, com sua base territorial compreendida pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Tijucas, São José, Palhoça, São João Batista, Nova Trento, Governador Celso Ramos, Angelina, Canelinha, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Alfredo Wagner, Antônio Carlos, Major Gercino, Rancho Queimado e São Pedro de Alcântara, para **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada em 18/8/2025 (segunda-feira), no auditório do SINERGIA, sito à rua Lacerda Coutinho 149, Centro, Florianópolis, às 18h00min, em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, e às 18h30min com qualquer número de presentes.

ORDEM DO DIA

- 1 - Eleição para preenchimento de 01 (uma) vaga existente na Diretoria Colegiada do SINERGIA, mediante votação por escrutínio secreto, obedecendo o seguinte procedimento:
 - 1.1. A inscrição deverá ser feita pessoalmente pelos candidatos no sindicato, durante a assembleia;
 - 1.2 Poderá se candidatar a pessoa associada que, na data da realização do primeiro escrutínio, tiver mais de 6 (seis) meses de inscrição no quadro social do Sindicato e estiver em dia com as suas mensalidades sindicais;
 - 1.3. A votação será realizada após a chamada do último associado que registrou presença no Livro de Presença de Assembleias
 - 1.4. A apuração dos votos será feita na Assembleia, após o registro de votação de todos os presentes hábeis a votar.”
- Florianópolis, 12 de agosto de 2025.

Tiago Bitencourt Vergara
Coordenador Geral do Sinergia

Rede Vida Viva aplica ferramenta do mapa do corpo na Assembleia Estadual de Concórdia

Trabalhadores apresentaram dores muito semelhantes entre diferentes funções na empresa

A Intercel, através de monitores da Rede Vida Viva, aplicou na Assembleia Estadual em Concórdia, em 2 de agosto, a ferramenta da Rede chamada Mapping (Mapa do Corpo). O objetivo era levantar durante a Assembleia os agravos físicos e emocionais da categoria. Desde 2005, os sindicatos vêm dialogando e implantando o projeto em vários locais de trabalho. O resultado disso foi exposto na Assembleia Estadual numa mostra fotográfica da atuação em dez Regionais da Celesc, com participação nas oficinas de 60% da categoria.

De acordo com Mário Jorge Maia, monitor da Rede, “hoje vivemos um momento delicado para a classe trabalhadora, a relação capital X trabalho cada vez mais se utiliza de novas ferramentas para ir além da força física, atingindo em cheio a saúde mental. Isso vem provocando um alto índice de adoecimento em todas as categorias. Com o surgimento de metas a alcançar, produtividade e a ferocidade pelo lucro incessante, o individualismo se fortalece, a disputa entre os trabalhadores aumenta e as doenças aparecem”.

A Rede Vida Viva estimula análises que provocam o pensar sobre as prioridades de nossa vida e como realmente as praticamos no cotidiano. Vem quebrar com essa lógica imposta

aos trabalhadores, recupera o pensar e o agir coletivo e não mais o individual. Através de desenhos de seus corpos, do seu local de trabalho e do mundo que os cerca, vão identificando suas dores provenientes do trabalho e de onde elas surgem. Enfim, a Rede Vida Viva cumpre com o objetivo de dialogar sobre a tríade vida, saúde e trabalho, fortalecendo a organização no local de trabalho e a construção de uma prática cotidiana que valorize o ser ao invés do ter. Ainda de acordo com Mário, “foi muito intenso aplicar a ferramenta do Mapping na Assembleia, a apresentação para os trabalhadores em que a maioria não conhecia a Rede, pois desde outubro de 2019 não temos mais a cláusula em nosso ACT, onde buscamos através das oficinas nas Regionais levantar os problemas e achar as soluções sendo os trabalhadores sujeitos das ações”.

Nas oficinas realizadas com dinâmicas fazendo a categoria debater a tríade VIDA, SAÚDE e TRABALHO de forma lúdica, a apresentação de cada um indica o conhecimento de sua saúde através do mapa do corpo, de sua rotina de trabalho através do mapa do trabalho e de sua vida com o mapa do nosso mundo. Essas dinâmicas buscam a identificação de problemas, a troca de experiências, conhecer o outro e busca solu-

ções coletivas.

A pesquisa participativa permite que esses trabalhadores tracem ações efetivas de mudanças e cobranças para mudar a realidade no dia a dia de cada um como pessoa e trabalhador. “É lindo ver o crescimento das pessoas”, explica um monitor da Rede presente na Assembleia de Concórdia.

No acordo judicial da Ação Civil Pública entre Celesc, sindicatos e Ministério Público do Trabalho, a cláusula da Rede Vida Viva cumpre o item 7 do Acordo. Porém, em função de ideologia política, desde 2019 a Celesc vem descumprindo o Acordo Judicial. Com a aplicação da pesquisa na Assembleia, os mapas dos corpos dos celesquianos mostram uma grande incidência do adoecimento mental e físico da categoria nos mais diversos cargos na empresa, com maior intensidade nos atendentes comerciais - em função da implantação do sistema Conecte. “O descaso da diretoria com saúde e segurança dos trabalhadores é notória, pois onde passamos sempre existe uma cobrança, seja de assédio ou falta de EPI/EPC, a diretoria tem que deixar de inventar relatórios e enxergar a realidade mostrada nos mapas. Prevenir é melhor que remediar, é ser responsável e cumprir com as legislações referente a saúde e segurança”, conclui Mário.

Os sindicatos da Intercel estão e sempre estiveram à disposição para construir saídas e alternativas com proposições preventivas e muito mais baratas que certas ferramentas como APPs e pesquisas que não funcionam com a categoria.



TRIBUNA LIVRE | Por Viviani Bleyer Remor, socióloga, trabalhadora aposentada da Celesc e ex-dirigente do Sinergia

Não existe ESG sem paz: A crise humanitária em Gaza e a hipocrisia corporativa

Os princípios ESG (Environmental, Social, and Governance) são frequentemente celebrados como pilares do capitalismo responsável, promovendo sustentabilidade, justiça social e ética corporativa. No entanto, em meio a crises humanitárias como a da Faixa de Gaza, onde a guerra e o bloqueio econômico perpetuam a fome, a destruição ambiental e o colapso social, fica claro que não há ESG possível sem paz. Enquanto empresas e governos ocidentais se orgulham de suas políticas sustentáveis, muitos continuam financiando ou silenciando-se diante de conflitos que destroem vidas e ecossistemas.

Este artigo critica a seletividade do ESG e argumenta que a verdadeira sustentabilidade exige paz, justiça e coerência ética.

1. A Crise em Gaza: Um Desastre Humanitário e Ambiental

A Faixa de Gaza vive uma das piores crises do século XXI:

- Mais de 90% da população enfrenta fome extrema (ONU, 2024).
- Infraestrutura destruída: sistemas de

água, energia e saúde colapsaram.

- Terras agrícolas contaminadas por bombas e resíduos de guerra.
- Bloqueio econômico que impede reconstrução e acesso a recursos básicos.

Nesse cenário, como falar em “S” (Social) quando crianças morrem de desnutrição? Como discutir “E” (Ambiental) quando rios e solos estão envenenados por armamentos? E onde está a “G” (Governança) quando a comunidade internacional falha em garantir direitos humanos básicos?

2. ESG em Zonas de Conflito: Uma Contradição?

Muitas empresas adotam políticas ESG em mercados estáveis, mas ignoram ou até financiam indiretamente conflitos:

- Bancos e fundos de investimento que lucram com a venda de armas.
- Empresas de tecnologia que fornecem sistemas de vigilância para regimes opressores.
- Multinacionais que operam em assentamentos ilegais, violando direitos humanos.
- Se o ESG fosse realmente aplicado de for-

ma universal, essas corporações deveriam:

- Cortar relações com negócios ligados a violações de direitos humanos.
- Exigir pressão diplomática para cessar-fogo e acesso humanitário.
- Investir em reconstrução sustentável, não apenas em lucros de curto prazo.

3. A Hipocrisia do “Capitalismo Consciente”

Algumas empresas usam o ESG como marketing, mas não questionam as estruturas que perpetuam crises como a de Gaza:

- “Greenwashing humanitário”: Doações simbólicas enquanto investem em indústrias bélicas.
- Silêncio cúmplice: Temor de perder mercados ou enfrentar represálias políticas.
- Falta de transparência: Muitos fundos ESG incluem empresas vinculadas a conflitos.

Exemplo: Empresas que promovem “diversidade” em seus quadros, mas não denunciam o massacre de civis em zonas de guerra.

4. O Que fazer:

Para que o ESG não seja uma farsa, é necessário:

- Condicionar investimentos ao respeito aos direitos humanos.
- Pressão real por soluções políticas, não apenas assistencialismo.
- Transparência total sobre investimentos em indústrias ligadas a conflitos.
- Apoio massivo a organizações humanitárias e de reconstrução.

Não Há Sustentabilidade Sem Paz

Enquanto Gaza queima, o discurso corporativo de ESG soa vazio. Não se pode separar justiça climática de justiça social, nem governança ética de responsabilidade política. Se empresas e governos realmente acreditam em sustentabilidade, devem agir para parar a guerra, acabar com o bloqueio e reconstruir Gaza de forma digna. Caso contrário, o ESG será apenas mais uma ferramenta de lavagem de imagem, enquanto o mundo assiste passivamente ao extermínio de um povo e de seu meio ambiente.

Paz não é um detalhe no ESG — é a sua condição básica.

Do 'PL da Devastação' à Lei da Contenção de Danos

Por Esther Guimarães e Fernanda Tomaz, militantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM)

O presidente Lula (PT) vetou em 8 de agosto, 63 dos 398 dispositivos do Projeto de Lei (PL) 2159, conhecido como "PL da devastação" ou "mãe de todas as boiadas", que desestruturaria completamente os procedimentos de licenciamento ambiental brasileiro.

Os vetos compõem os capítulos finais de um longo e tortuoso processo de tramitação do PL, que foi criado em 2004 por iniciativa do deputado petista Luciano Zica. A proposta original buscava regulamentar o licenciamento ambiental e atribuir responsabilidades entre órgãos do Estado e conselhos, em um esforço positivo de estruturação regulatória. Entretanto, durante sua tramitação de mais de 20 anos, o projeto foi radicalmente alterado.

Na gestão Bolsonaro (PL), o PL foi desengavetado e se transformou profundamente para flexibilizar normas, fragmentar responsabilidades, reduzir critérios de licenciamento e restringir instâncias participativas. Apesar disso, a mobilização da sociedade civil e a atenção internacional aos retrocessos ambientais do período impediram sua votação durante os anos de governo bolsonarista.

Entre 2018 e 2022, o franco desmonte dos órgãos de licenciamento e fiscalização, além do discurso de incentivo aberto à atuação marginal dos empreendimentos, permitiu que o agronegócio e a mineração avançassem pela via da irregularidade, sem depender de mudanças legais.

Paradoxalmente, foi no terceiro governo Lula que esses setores ganharam novo ímpeto para aprovar a proposta e os vetos do executivo podem ser entendidos como contenção de danos às medidas construídas pela ampla ofensiva dos setores ligados ao agronegócio, à mineração e à infraestrutura.

Aprovado na forma da Lei nº 15090/2025, o novo marco do licenciamento consolida mais um passo na reestruturação legal do modelo de neoxativismo no Brasil, que vem passando por mudanças regulatórias desde o esgotamento do ciclo de alta do preço das commodities entre 2004 e 2014.

Desde então, os setores da mineração e do agronegócio se organizaram em uma ofensiva para assegurar a expansão de suas fronteiras e a máxima captura privada das rendas do setor primário, processo que agora ganha novo fôlego com os discursos do extrativismo verde e da demanda por minerais para eletrificação da indústria.

Um conflito histórico e o ajuste entre interesses

O que resta da Lei 15090 após os vetos pode ser entendido como uma síntese de forças contraditórias, em um governo dividido entre a necessidade de assegurar as rendas do extrativismo no contexto de restrição orçamentária, as tensões externas do tarifaço dos Estados Unidos, o ano de COP em Belém e as lutas frontais com o poder legislativo, onde as forças de extrema direita se amotinaram na última semana.

Por um lado, há a pressão econômica dos Estados Unidos para que o Brasil coloque minerais estratégicos na mesa de negociação em troca de recuos no tarifaço, o que expressa a nova dimensão geopolítica da pressão sobre a exploração dos territórios.

Por outro lado, no dia 23 de julho, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) emitiu um parecer histórico, estabelecendo que os Estados têm responsabilidade jurídica internacional no combate às mudanças climáticas.

A aprovação integral do novo marco do licenciamento ambiental poderia dar margem a uma responsabilização penal do Estado brasileiro na CIJ, além de uma enxurrada de contestações judiciais aos projetos licenciados.

Por isso, uma das preocupações reiteradas nas declarações do governo federal a respeito dos vetos era garantir que os procedimentos de licenciamentos se mantivessem estruturados, garantindo segurança jurídica aos próprios investidores.

A alegação de inconstitucionalidade aparece frequentemente nas justificativas dos vetos apresentados pela presidência, o que demonstra um esforço na garantia da legalidade, mas também um esforço em eximir o Estado de uma possível condenação internacional por violações socioambientais. Por isso, é possível perceber a participação da Advocacia-Geral da União (AGU) em grande parte dos vetos.

O executivo balanceou interesses internos por meio da articulação de ministérios pela negociação dos vetos: o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, o Ministério dos Direi-

tos Humanos e da Cidadania, o Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Ministério da Fazenda.

Houve também preocupação sobre a sustentação política do texto final, já que os vetos serão apreciados por um legislativo inflamado por profundas animosidades, e que tem prerrogativa para derrubar vetos apresentados pela presidência.

O conteúdo dos vetos

O Planalto apresentou quatro princípios para orientar os cortes nos dispositivos do PL: preservar a integridade do processo de licenciamento; proteger os direitos de povos indígenas e comunidades quilombolas; garantir segurança jurídica para empreendimentos e investidores; e incorporar inovações que tornem o licenciamento mais ágil sem comprometer a qualidade.

De fato, os vetos resultam de uma ativa articulação dos setores comprometidos com a pauta ambiental e de direitos humanos dentro do executivo, e abarcam as dimensões mais graves da proposta aprovada pelo legislativo. Toda atenção deve ser voltada à maneira como Senado e Câmara os receberão, acatando-os ou não.

Na prática, os vetos significam: 1. restringir a Licença por Adesão e Compromisso, realizada via auto-declaração, a empreendimentos de baixo impacto; 2. manter padrões nacionais de classificação dos empreendimentos, já que o texto propunha delegar aos estados o estabelecimento de critérios para categorização dos empreendimentos; 3. preservar a proteção especial da Lei da Mata Atlântica contra o desmatamento; 4. garantir a exigência de consulta a órgãos de proteção de povos e comunidades tradicionais; 5. manter a análise do Cadastro Ambiental Rural no licenciamento dos projetos, o que significa verificar a integridade da propriedade da terra dos empreendedores; 6. preservar a responsabilização dos poluidores por danos ambientais indiretos; 7. assegurar a necessidade de manifestação de gestores de Unidades de Conservação afetadas no processo de licenciamento; 8. responsabilizar instituições financeiras pelo crédito a atividades poluidoras; 10. sancionar a criação da Licença Ambiental Especial (LAE), que acelera o licenciamento de projetos estratégicos, vetando seu procedimento de fase única.

Reprodução: Brasil de Fato. Texto completo em www.linhaviva.org.br



Sonora Brasil chega a Joinville com show inédito

Entre os dias 20 de agosto e 1º de novembro, as cidades de Joinville, Criciúma e Lages serão palco do Sonora Brasil Sesc, um dos mais importantes projetos de circulação musical do país. Em sua 26ª edição, o projeto apresenta a temática "Encontros, tempos e territórios", promovendo uma série de shows inéditos que unem diferentes ritmos, gerações e vivências culturais.

Em Joinville, a lalorixá, percussionista, ativista e comunicadora Mãe Beth de Oxum se une ao Duo SH, formado pelo arranjador e multi-instrumentista Henrique Albino referência

da nova geração do frevo pernambucano e a cantora Surama Ramos, que transita pelo canto lírico e popular, para criarem um espetáculo inédito. O show será realizado em **20 de agosto, às 20h, no teatro Sesc Joinville.**

Ingresso Solidário: Os ingressos poderão ser retirados na bilheteria do Sesc 1 hora antes do espetáculo (sujeito à lotação) e serão solidários, ou seja, para entrar, a pessoa terá de doar itens de higiene pessoal para o projeto Arte de Doar - Programa Novos Caminhos.

Mais informações pelo WhatsApp: (47) 3441-3319.



Foto: Hugo Muniz